



Universidade Federal do  
Recôncavo da Bahia

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE  
BACHARELADO EM PSICOLOGIA**

RAMONI ALVES MALTA

**APRENDENDO A FAZER POLÍTICA DE RESISTÊNCIA:  
ESCREVIVÊNCIA DE UMA GRADUANDA PRETA DA ZONA RURAL**

SANTO ANTÔNIO DE JESUS - BA  
2022

RAMONI ALVES MALTA

**APRENDENDO A FAZER POLÍTICA DE RESISTÊNCIA:  
ESCREVIVÊNCIA DE UMA GRADUANDA PRETA DA ZONA RURAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Bacharelado em Psicologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do título de Bacharela em Psicologia.

**Professora Orientadora:** Dr<sup>a</sup> Jeane Saskya Campos Tavares.

SANTO ANTÔNIO DE JESUS - BA  
2022

RAMONI ALVES MALTA

**APRENDENDO A FAZER POLÍTICA DE RESISTÊNCIA:  
ESCREVIVÊNCIA DE UMA GRADUANDA PRETA DA ZONA RURAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Bacharelado em Psicologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do título de Bacharela em Psicologia, sob orientação da Profa. Dra. Jeane Saskya Campos Tavares.

**BANCA EXAMINADORA**



---

**Profa. Dra. Jeane Saskya Campos Tavares**  
**Universidade Federal do Recôncavo da Bahia**  
**(Orientadora)**



---

**Profa. Ma. Lilian Pereira Canário**  
**Universidade Federal do Recôncavo da Bahia**  
**(Avaliadora)**



---

**Profa. Dra. Adrielle de Matos Borges Teixeira**  
**Psicóloga na Universidade do Estado da Bahia - UNEB**  
**(Avaliadora)**

**RESULTADO: APROVADA**  
**NOTA FINAL: 10,0**

SANTO ANTÔNIO DE JESUS - BA  
29 DE JULHO DE 2022

## **APRENDENDO A FAZER POLÍTICA DE RESISTÊNCIA: escrevivência de uma graduanda preta da zona rural**

LEARNING TO MAKE RESISTANCE POLICY:  
*escrevivência* of a black graduate student from the rural community

### **RESUMO**

Narrar uma parte da sua própria história é uma tarefa difícil, porque é falar de atravessamentos, é reviver e repensar. E assim, cheia de afetações, inclusive no próprio processo da escrita, que nasce este trabalho. É neste envolvimento que me percebo, e desse modo, não vejo como desenvolvê-lo sem trazer um pouco da minha construção e reconhecimento deste *EU NEGRA*, que também ocupa e se constitui na Universidade Pública e no espaço rural de onde venho. O objetivo deste trabalho é analisar, através da *escrevivência* e revisão de literatura, como a Universidade, mesmo que fomenta espaços para debates sobre raça, classe e gênero, ainda é uma instituição que mantém um padrão branco, colonial, hegemônico e faz a manutenção de hierarquias de poder. E demonstrar, a partir da experiência de uma mulher preta do espaço rural, que essa vivência pode convergir e também divergir das experiências do analisar urbano. As considerações finais apontam para a importância de trabalhos como este para a Psicologia, porque revelam como as modificações nas bases de saber precisam partir da transgressão dos aportes teóricos, acolhendo as narrativas e saberes populares que secularmente sofrem com o genocídio e epistemicídio. Este trabalho surge como um disparador para a construção de outras epistemologias. É uma evidência científica através da *escrevivência*.

**Palavras chaves:** *Escrevivência*, Universidade, Rural, Mulher negra, Educação Pública.

### **ABSTRACT**

Narrating a part of your own story is a difficult task, because it's talking about crossings, it's reliving and rethinking. And so, full of affectations, including in the writing process itself, that this work is born. It is in this involvement that I perceive myself, and in this way, I don't see how to develop it without bringing a little of my construction and recognition of this BLACK SELF, which also occupies and constitutes at the Public University and the rural community where I come from. The objective of this work is to analyze, through *escrevivência* and literature review, how the University, even if it promotes spaces for debates on race, class and gender, is still an institution that maintains a white, colonial, hegemonic standard and maintains power hierarchies. And to demonstrate, from the experience of a black woman in rural areas, that this experience can converge and also diverge from the experiences of urban analysis. The final considerations point to the importance of works like this for Psychology, because they reveal how changes in the bases of knowledge need to start from the transgression of theoretical contributions, embracing the narratives and popular knowledge that have suffered for centuries with genocide and epistemicide. This work appears as a trigger for the construction of other epistemologies. It is scientific evidence through *escrevivência*.

**Keywords:** *Escrevivência*, University, Rural, Black woman, Public Education.

*Todas as manhãs acoito sonhos e acalento entre a unha e a carne uma agudíssima dor.*

*Todas as manhãs tenho os punhos sangrando e dormentes tal é a minha lida cavando, cavando torrões de terra, até lá, onde os homens enterram a esperança roubada de outros homens.*

*Todas as manhãs junto ao nascente dia ouço a minha voz-banzo, âncora dos navios de nossa memória.*

*E acredito, acredito sim que os nossos sonhos protegidos pelos lençóis da noite ao se abrirem um a um no varal de um novo tempo escorrem as nossas lágrimas fertilizando toda a terra onde negras sementes resistem reamanhecendo esperanças em nós*

*(EVARISTO, 2017, p. 13).*

## APRESENTAÇÃO

Narrar uma parte da sua própria história é uma tarefa difícil, porque é falar de atravessamentos, é reviver e repensar, e assim cheia de afetações, inclusive no próprio processo da escrita que nasce esse trabalho. É neste envolvimento que me percebo e sendo assim, não vejo como desenvolvê-lo sem trazer um pouco da minha construção e reconhecimento deste *EU NEGRA*<sup>1</sup>, ocupando a Universidade Pública e também o espaço rural de onde venho, lugares e experiências sobre o qual irei discorrer ao longo desta “escrevivência”.

Como recorda Luiza Bairros (2009) sobre o que Lélia Gonzalez diz, “negro tem que ter nome e sobrenome, senão os brancos arranjam um apelido...ao gosto deles”, sendo assim, me chamo Ramoni Alves Malta e sou uma mulher preta, nascida em 1995, católica, filha de um Camponês e de uma Professora. Vim do Povoado de São Benedito, da cidade de Nilo Peçanha, baixo sul da Bahia, terra do dendê e da Zambiapunga<sup>2</sup>. Hoje com 27 anos, moro na residência universitária da UFRB/CCS em Santo Antônio de Jesus. Sou graduada no Bacharelado Interdisciplinar em Saúde na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, que foi um espaço de muito significado para essa mulher pobre, preta, cisgênero, heterossexual, nordestina do interior e egressa de escola pública.

A minha trajetória é parecida com a de muitas famílias pretas e pobres em que há alguém que ingressa primeiro na universidade, possibilitando que outras pessoas também ingressem. A primeira a conseguir entrar no ensino superior foi a minha mãe, que conseguiu fazer uma graduação particular EAD (Educação a Distância) em pedagogia, e foi acreditando no caminho da educação pública e de qualidade para que seus dois filhos pudessem ter dias melhores e condições mais dignas de vida. Já eu, fui a primeira mulher preta da minha família a entrar no ensino superior público. E portanto, esse dado revela as dificuldades ainda existentes, para as famílias pretas, quando pensamos no ingresso ao ensino superior público, dentre elas, destaco: dificuldades de acesso e permanência nos espaços universitários.

Com o passar do tempo, algumas políticas e programas como o REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) e a Política de Cotas foram criados

---

<sup>1</sup> Referência ao livro Tornar-se Negro da autora Neusa Sousa Santos.

<sup>2</sup> O Zambiapunga é um grupo cultural de origem africana que tem em sua formação diversas pessoas: homens, mulheres, crianças, todos mascarados e com roupas coloridas “[...]portando uma espécie de chapéu, conhecido como capacete, em forma de cone enfeitado de papel crepom”. Saem pelas ruas em forma de desfile sempre na madrugada do dia primeiro de novembro e convidam toda a população para participar. “De origem dos povos bantus, levam às mãos tambores, enxadas, cuícas e búzios marinhos, seguindo um cortejo enfileirado de várias coreografias”. SANTOS, N. C. P. dos. Zambiapunga: educação, memória e identidade. Repositório UFBA. Salvador. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/18448> 2015, p.10.

com o intuito de modificar esta realidade. Contudo, há ainda muitos déficits dentro destes processos, o que faz com que muitos direitos não sejam garantidos para a maioria da população preta, pobre e rural deste país.

Também é importante destacar que este trabalho foi escrito na primeira pessoa do singular, pois ele parte das minhas vivências. E utilizo, ao longo dessa pesquisa, a escrevivência como ferramenta metodológica, que foi o amparo científico para a narração das minhas experiências. Além disso, a escrevivência também proporciona que tais narrativas acessem um espaço de potência que permite que a trajetória e as vivências sejam compartilhadas com a finalidade de contribuir com o meio social, possibilitando assim, novos caminhos científicos e práticos para a modificação, remodelação e criação de fenômenos e acessos.

Esta análise será dividida em subtemas que falam sobre a estética preta e como ela foi ponto crucial para que eu me descobrisse enquanto mulher preta, bem como trará aspectos inerentes sobre o ingresso no ensino superior e as implicações e desafios da saída do espaço rural para o espaço urbano. Desta maneira, trarei também ao longo desta pesquisa as experiências dentro do espaço universitário, tais como, a extensão, os grupos de estudos e as narrativas de outros estudantes, que contribuíram para a formação acadêmica e pessoal do meu “EU NEGRA” (SOUZA, 1983).

## **INTRODUÇÃO**

Na nossa sociedade existem diversas maneiras de aprender e ensinar, e sendo assim, a educação pode acontecer em diversos modos como o: informal, formal, não-formal, etc. (GOHN, 2014) Para este trabalho vou falar mais especificamente sobre a educação formal em uma instituição de ensino superior pública federal brasileira, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia- UFRB.

A UFRB/CCS foi criada pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, instituído pelo Decreto Nº 6.096, de 24 de abril de 2007, possibilitando assim a expansão da educação superior através da interiorização das Universidades Federais, processo esse que fez parte da meta do Programa REUNI.

Em 2012, pelo que consta no Diário da União nas Disposições gerais do Capítulo I, o Art. 1º versa sobre a implementação das reserva de vagas, de que tratam a Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto no 7.824, de 11 de outubro de 2012, por parte das instituições

federais de ensino vinculadas ao Ministério da Educação que ofertam vagas de educação superior observará o disposto nesta portaria sobre a política de cotas e também pela Resolução CONAC 033/2018, a qual dispõe sobre o sistema de cotas raciais para o acesso e outras políticas de ações afirmativas para a Permanência de Estudantes Negras(os), Quilombolas, Indígenas, Pessoas Trans (Transgêneros, Transexuais e Travestis) e Pessoas com Deficiência, em todos os cursos de graduação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.<sup>3</sup>

Teixeira e Dazzani (2019) em artigo sobre a experiência identitária do estudante negro, analisam a vida universitária é marcada por “acontecimentos vivenciados pelos estudantes, [...] suas ideias, representações, sentimentos, projetos, intenções e interesses, deixando marcas, isto é, registros da formação de si que aconteceu a partir dessas experiências estudantis” (p. 90). Destacam os questionamentos: “Como se configura a experiência universitária para os estudantes negros? Tais questões nos colocam diante de um desafio imenso: a reflexão sobre a construção social do “ser negro(a)” (*ibid*).

Até o ano de 2015, falar sobre racismo, preconceito, discriminação, o que é ser negra, suas várias interfaces e tudo aquilo que versa a respeito do reconhecimento e do pertencimento do *EU NEGRA*, era algo relativamente distante. Até esse momento eu me entendia como uma “mulher morena” e, como tal, esses assuntos não falavam sobre mim, mas falavam de um alguém, de um povo com o qual eu não me reconhecia, pela própria artimanha com que o racismo acontece.

O trecho de Teixeira afirma que “ser negro não é algo que deveria ser tratado como mais uma característica, mas sim como um elemento que compõe as experiências identitárias e que irá ter diversas implicações nos pensamentos, sentimentos e comportamentos da pessoa”. (TEIXEIRA, 2020, p. 21). O que me auxilia a compreender que o racismo percebido por mim era *um racismo* ligado unicamente ao estereótipo e à ideia de superioridade, não conseguindo, outrora, perceber as outras nuances desse mecanismo de opressão. “O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural”. (ALMEIDA. 2019 p. 38).

Quando iniciei a revisão bibliográfica para escrita deste artigo, encontrei algumas narrativas de pessoas pretas e sua trajetória universitária, mas não localizei experiências de

---

<sup>3</sup> Todas estas informações foram extraídas do material disponibilizado pelo site da UFRB e podem ser conferidas no link: <https://ufrb.edu.br/portal/reserva-de-vagas>

pessoas do campo/rural; não encontrei dados que pudessem subsidiar de forma mais direta esse trabalho. A partir dessa lacuna desponta o desejo/necessidade de escrever sobre a minha vivência universitária, sendo uma mulher preta da roça e ocupando esse espaço.

O objetivo deste trabalho é analisar, através da minha escrevivência, como a Universidade, mesmo que inclusiva e fomentadora de debates sobre raça, classe e gênero, ainda é um espaço que mantém um padrão branco, colonial, hegemônico e com a manutenção de hierarquias de poder. Outro objetivo desta pesquisa foi apresentar a experiência de uma mulher preta do espaço rural, demonstrando que essa vivência pode convergir e também divergir das experiências do analisar urbano.

Trabalhos como este são importantes à psicologia para percebermos como as nossas vivências são plurais e como a psicologia precisa se reinventar para dar conta das experiências das pessoas pretas e dos espaços rurais, este que possui uma gama de conhecimentos que podem vir a contribuir com a formação acadêmica. No entanto, esses saberes populares não são inseridos no contexto científico devido ao epistemicídio alicerçado estruturalmente nas bases de saberes.

## **MÉTODOS**

A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho foi a escrevivência cunhada e desenvolvida pela Doutora e Escritora Conceição Evaristo que traz que “em 1994, na minha dissertação de mestrado, fiz um jogo de palavras entre escrever, viver, escrever-se vendo e escrever vendo-se e aí surgiu a palavra *escreviver*. Mais tarde comecei a usar a *escrevivência*” (EVARISTO, 2019).

A escrevivência se baseia nas metodologias de pesquisa qualitativa que permitem que fenômenos sociais sejam investigados com maior profundidade e com uma maior riqueza de detalhes, o que pode conduzir a respostas que explanem as vivências particulares de cada sujeito, bem como suas percepções sobre o coletivo e sobre o objeto de estudo (MINAYO, 2010). Na investigação qualitativa, “a fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal.” (BOGDAN e BIKLEN, 1994, p. 47).

Essa metodologia foi escolhida por aportar teoricamente a discussão desenvolvida por mim. A escrevivência destaca a importância de escrever sobre nossas vivências a partir da escrita na primeira pessoa do singular. É importante ressaltar que o discurso contido no texto precisa evidenciar as diversas nuances que acontecem ao corpo de uma mulher preta, e como a nossa história requer aprofundamento teórico e embasamento. O *escreviver* é trazer à tona

relatos necessários para a academia e para a constituição de outras epistemologias, como diz Boaventura de Souza Santos através das epistemologias do sul, que traça outras rotas para a ciência. E para melhor evidência-la, a própria autora traz que:

Quando eu usei o termo é... escrevivência [...] quando eu estou escrevendo e quando outras mulheres negras estão escrevendo, nós não escrevemos pra adormecer os da casa-grande, pelo contrário, pra acordá-los dos seus sonos injustos. E essa escrevivência, ela vai partir, ela toma como mote de criação justamente a vivência. Ou a vivência do ponto de vista pessoal mesmo, ou a vivência do ponto de vista coletivo. (EVARISTO, 2017).

## **A ESTÉTICA POLÍTICA DO CABELO NATURAL**

Em 2013 foi dado o primeiro passo para uma nova estética em minha vida. Neste ano parei de alisar o cabelo, ainda sem saber o porquê, porém já determinada a não alisar mais. Hoje analisando mais profundamente algumas hipóteses podem ser levantadas: em 2013 eu mudo de espaço e começo a morar em Itabuna para estudar em uma faculdade particular; o cabelo estava ressecado e já não aguentava todas as agressões que a química trazia, não estava mais disposta a sofrer o processo do relaxamento químico e as feridas que eram produzidas junto com o alisamento. Além disso, comecei a conhecer outras pessoas pretas com cabelo natural e também meu irmão passou a deixar o cabelo crespo dele crescer e assim fui começando a construir uma nova ideia sobre beleza.

Sobre esse primeiro ponto listado, acredito ser importante trazer mais elementos porque segue também a organização do pensamento sobre uma primeira saída do espaço rural. A minha comunidade fica a 45km de estrada de chão da cidade Nilo Peçanha. A população é majoritariamente de pessoas pretas, mas o cabelo era (nos últimos anos tem mudado) em sua maioria alisado, pois essa estrutura capilar era vista como o cabelo belo, padrão e aceitável. Isso coincide com o que Figueiredo (2015, p.155) traz que o ato de “alisar o cabelo na sociedade brasileira pode não ser visto apenas como um exercício de beleza, mas também pode ser considerado como um modo de mover-se na escala classificatória da cor, tornando-se menos negro.”

Quando tenho essa primeira mudança para o espaço urbano, eu começo a ter um pouco mais de experiências com pessoas do cabelo natural e começo ainda engatinhando a desenvolver um novo olhar e um gosto por essa nova estética. Durante esse processo, passaram-se dois anos entre parar de alisar, deixar de usar a chapinha, deixar de usar o

secador, e depois a decisão do big chop, que é o grande corte para retirada da química, necessariamente nesta ordem.

Como traz Figueiredo (2015, p. 05), o processo de cortar o cabelo é um momento marcante pois “o corte do cabelo alterado por químicas desde a infância é um momento ritual de reconhecimento enquanto mulheres negras” e que reverbera muitos sentimentos, tais como insegurança, medo, liberdade, força, persistência, que só hoje com o passar do tempo e com muita discussão foi possível entender.

Ao deixar de alisar o cabelo com química, passei a utilizar com mais frequência a chapinha e comecei a usar penteados com o cabelo mais preso por conta da raiz que crescia e junto com ela o volume, que não deixava o cabelo com o liso uniforme. A partir de então, a insegurança sobre a decisão de não mais alisar apareceu com mais frequência, e principalmente, dado ao fato de que agora era um cabelo com duas texturas e eu não estava sabendo utilizar as melhores ferramentas ao meu favor, pois ainda não conhecia as tranças com fibras, laces, tranças nagô e as diversidades do mundo afro, disponíveis para auxiliar na transição. Nesse mesmo período comecei a buscar e descobrir mais sobre produtos, tiaras, formas de pentear, e com o cabelo crescendo um pouco mais, o grande corte se tornou uma possibilidade.

Daí surgiram diversos questionamentos: “E agora como se cuida de um cabelo natural? Novas texturas, novos produtos... e como desembaraçar sem dor e sofrimento?” Porque a violência do alisamento eu já não permitia, porém muitas crises e dúvidas se desenvolveram ao longo da caminhada. “Será que devo continuar? Não estou mais bonita, os poucos elogios agora são ainda mais escassos. As paqueras que já eram poucas diminuíram ainda mais. Será que consigo superar essa fase?” Achando eu que seria somente um período e que era apenas estranhamento das pessoas pelo meu novo cabelo. Eu ainda não sabia que naquele momento eu estava vivendo o processo de identidade e junto com ele as artimanhas do racismo. Cunha (1991) e Figueiredo (2015) ao falar sobre o movimento negro e suas várias formas de luta, traz o cabelo como esse símbolo, e eu embora não soubesse ainda o que estava acontecendo, vivenciava o fruto do cabelo natural afro como um demarcador da cor. Figueiredo ainda traz como pode ser observado na fala abaixo:

Considerando a importância atribuída ao cabelo na definição do lugar a ser ocupado na escala classificatória da cor, o movimento negro brasileiro toma o cabelo natural como símbolo de afirmação da identidade. O discurso proferido pelo movimento negro é o de estabelecer uma regra contrária à regra vigente e, se a regra é alisar o cabelo, visando dissimular a sua condição étnica racial, a contra regra é afirmar os fenótipos, não alisar o cabelo (FIGUEIREDO, 2015, p. 250-251).

Com as idas para casa no espaço rural e com o cabelo já cortado, os comentários eram diversos e sempre com tons de zombaria, carregados de racismo e preconceitos tais como “quem usa cabelo black é maconheiro”, “parecendo cabelo de homem”, “esse cabelo bombril”, “se procurar acha até cobra aí dentro”. Nessa fase comecei a me questionar sobre a decisão e se realmente estava gostando da nova estética que se apresentava no espelho. No princípio eu sorria e até tentava mascarar o tamanho daquelas violências e o quanto estava me causando sofrimento. Foi este o cenário que me fez reduzir as viagens de idas para casa e, quando chegava a ir, ficava sempre em casa, na espera dos comentários. Fiquei mais retraída, insegura, chorosa, solitária, e além disso, as paqueras reduziram a zero, bem no ápice dos meus 18 anos.

Com o início de um novo ano, uma aluna entrou na turma. Era uma mulher preta de cabelo cacheado que começou a se sentar próxima a mim, e cada vez mais esse vínculo foi fortalecido e comecei a contar sobre minhas dores e o preterimento. Ela nitidamente entendia muito dessas experiências e como elas eram coletivas. A gente não falava diretamente e usando termos como racismo, preterimento, solidão da mulher negra, mas naquele momento a gente já estava descobrindo e reconhecendo tudo isso. A partir da autora Claudete Souza (2008) foi possível compreender as consequências desse preterimento relatado pelas entrevistadas nos resultados de sua pesquisa. Todas afirmam que “o preterimento da mulher negra acarreta solidão e humilhação”(p. 6).

O *Facebook* estava em alta e essa nova companheira me mostrou vários grupos e comunidades. Lá conheci muitas mulheres pretas, fazia leitura dos seus relatos e percebi como muitas experiências se dava coletivamente. Comecei a utilizar cada vez mais essa rede social e a seguir muitas mulheres pretas. Entrei em grupos com dicas para o cabelo: produtos baratos, misturas caseiras que também davam certo, formas de desembaraçar o cabelo, divisões para pentear e etc. As fotos compartilhadas me ajudaram a perceber e filtrar a procura por cabelos crespos que fossem bem parecidos com o meu. Hoje eu consigo reconhecer a potência daquele lugar, que por muito tempo funcionou como uma espécie de quilombo para mim porque me fortaleceu e foi me dando cada vez mais certeza dos novos rumos que essa mudança estética estava me levando.

Em 2015 fui aprovada na UFRB. Entrei nessa instituição com o cabelo um pouco maior e com a certeza do quão lindo ele era. A minha turma em sala de aula era majoritariamente branca e de homens. Dentre as poucas pessoas pretas, só um colega tinha o cabelo crespo, só que em um corte baixo. Com os intervalos, descobri grupos de estudos e de extensão em que estavam mais pessoas fenotipicamente parecidas comigo, inclusive a

Professora Doutora Denize Almeida, do curso de nutrição, que me acolheu e me apresentou o NEGRAS - Núcleo de Estudos em Gênero, Raça e Saúde, o qual é formado majoritariamente por pessoas pretas e em sua maioria mulheres. Com as reuniões e a felicidade de estar participando desse espaço, comecei a ver as docentes e discentes se autoafirmando pessoas pretas: as formas de se vestir, os adereços, a diversidade de cabelos, penteados, e as diversas narrativas. Nesse momento eu vivencio um dos momentos mais marcantes de felicidade e despertar. Foi com esse Núcleo que comecei a conhecer a autoria preta, me autorizar a me reconhecer e acolher.

Diante desse contexto em que me situo e sou situada enquanto uma pessoa preta e acadêmica, é possível dizer que por aqui na UFRB o racismo acontece de formas mais minuciosas, peculiares e sorradeira de tal forma que, em diversos contextos, eu só conseguia validar minhas dores quando uma outra pessoa me confirmava. É como se houvesse especialistas aptos para desenvolver diversas microagressões<sup>4</sup>: “insultos verbais ou comportamentais, intencionais ou não, que comunicam ofensas raciais hostis, depreciativas ou negativas a uma pessoa ou a um grupo-alvo” (SANTOS, LIMA & MARTINS, 2020. p. 2794) da qual você percebe o incômodo/violência deixado, mas acaba deixando de lado até perceber a imensidão que de fato é. Já ouvi falas como: “Posso tocar? Nossa é macio achei que era bem grosso.”, “Como é que tu lava ele?”, “Fica tão bonito no dia que lava, ele fica tão cheio de cachos e depois ele fica muito pra cima.”, “O teu nem é tão duro assim, tem uns que é bem ruim mesmo.”, “Esses turbantes chamam muito atenção, eu prefiro quando tu deixa sem ele.”, “Tu fica usando o pente garfo direto pra ele ficar assim pra cima né? Deixa ele baixo mesmo.”, “Tu não sente saudade dele alisado não? Ele assim deve dar muito trabalho”.

Com o tempo, começo a ler e entender sobre a história e vivências de tantas outras. Desenvolvo amizades e até um grupo com outras estudantes. Tudo isso me permitiu, cada vez mais, construir a Ramoni que sou hoje. Com isso eu não digo que parei de sofrer racismo, discriminação e os diversos tipos de ridicularização, mas hoje é como se eu tivesse criado ferramentas para aprender a lidar, saber responder a altura, reconhecer enquanto crime e deixar muita gente constrangida em público, tanto quanto assim me fazem. Porém, não é

---

<sup>4</sup> Microagressões – termo cunhado pelo psiquiatra de Harvard Chester M. Pierce nos anos 1970 e que Derald Wing Sue, professor da Universidade Columbia que estuda a psicologia do racismo e do antirracismo, resumiu as microagressões raciais como “os insultos, as indignidades e as mensagens humilhantes passadas às pessoas não brancas” por indivíduos que não têm consciência da natureza ofensiva de suas palavras ou ações. Disponível em:

[https://www.google.com/url?q=https://www.geledes.org.br/13-microagressoes-sofridas-diariamente-por-quem-e-negro/&sa=D&source=docs&ust=1658118394521113&usg=AOvVaw0\\_tHgfiUxzIJnc1T6Q1aXG](https://www.google.com/url?q=https://www.geledes.org.br/13-microagressoes-sofridas-diariamente-por-quem-e-negro/&sa=D&source=docs&ust=1658118394521113&usg=AOvVaw0_tHgfiUxzIJnc1T6Q1aXG)

sempre que essa força e resistência acontece, e às vezes, me percebo sofrendo e vulnerável novamente.

Percebo retornando a várias lembranças sofridas e uma delas é a do alisamento, que eu devo ter iniciado aos 11 anos de idade. O alisamento era feito a cada 3 meses em meu cabelo. Lembro-me que nesse dia eu chegava por volta das 08h00min da manhã e retornava às 18h00min para casa. Sempre sofri com o alisamento, e havia a justificativa de que se deixasse o produto mais tempo no cabelo ele poderia ter mais eficiência. Eu sempre deixava o produto agir por mais tempo. Em contrapartida, o processo era muito doloroso, ardia bastante e fazia feridas no couro cabeludo. Além disso, ficava muito tonta e com muita sensibilidade na cabeça. Quando a cabeleireira lavava o produto, dava vontade de chorar pela ardência e porque ela sempre passava a unha argumentando que só assim o produto sairia por completo. Após todo esse processo, era o momento de escovar e o vapor do secador se tornava novamente um momento de dor. E por fim a prancha que, diversas vezes, me queimava na orelha e na testa. Saía daquele espaço cansada e com muita dor de cabeça, mas quando passava pela rua ouvia elogios. Esse momento era como se valesse a pena todo aquele sofrimento por essa validação social e míseros elogios.

A sensação que tenho é que coletivizar as dores me fez forte e consciente o suficiente para entender que a minha narrativa é singular, mas não é única. E que esses passos e lugares que estamos criando é para cada vez mais escancarar e não permitir que tantas outras passem por tudo isso, ainda que saibamos das inúmeras dificuldades para que mudanças estruturais aconteçam.

## **VIDA UNIVERSITÁRIA E URBANA: OS PRIMEIROS DESAFIOS**

Em setembro de 2015, fui aprovada na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Surpreendida por essa excelente notícia, esse sonho foi durante muito tempo nutrido por mim e minha família, mesmo com muito receio se seria a melhor escolha, eu topei vir. Minha família me apoiou e também vibrou, até mesmo meu pai, um camponês que estudou até a 4ª série e que embora seja uma pessoa que valoriza muito o trabalho braçal, ele também ficou muito feliz com a notícia. No meu Povoado sair para estudar sempre foi um motivo de muita alegria e comemoração, as pessoas em sua maioria não tem o ensino fundamental completo e ficam muito animados quando alguém de lá consegue modificar essa estatística.

Para uma estudante que vem do espaço rural/campo, algumas experiências se assemelham com a de outros estudantes pretos, mas também há experiências que são únicas dos que saem de lá. Meu povoado é chamado de São Benedito e temos cerca de 3.000 casas

que são próximas umas das outras. A principal fonte de renda é a agricultura. Tem algumas ruas de chão de barro e outras com calçamento, tem uma Unidade de Saúde, escolas, têm mercados, bares e três lanchonetes. E têm pessoas que moram mais afastadas do Povoado nas regiões da Barrinha, Areião, Pau Só, Bina, entre outros.

Desta maneira, mesmo morando no Povoado que é um pouco maior, foi um desafio habitar uma cidade onde há muitas descobertas e uma necessidade de ser astuta, desconfiada e de prestar muita atenção a todas as pessoas à sua volta. Digo isso porque para quem vem do povoado como o meu, onde as pessoas se conhecem de gerações, não vai encontrar essa relação aqui no espaço urbano, em que a grande maioria são pessoas desconhecidas e que você não conhece a família e a trajetória destes.

Tudo no centro urbano é longe. As pessoas mal se veem e não têm tempo para tomar um café, contar sobre o dia e olhar o céu. Para quem vem do contexto rural em que as pessoas todas se conhecem e, como no meu povoado, que as pessoas moram relativamente próximas umas das outras, são acolhedoras e oferecem o que tem de melhor para as visitas e gostam de contar e ouvir histórias. Houve um grande estranhamento da pressa e de como as pessoas demoram muito para se encontrar. A rapidez que a vida urbana exige das pessoas faz com que, as que por aqui chegam, se sintam despreparadas, ingênuas, e que estão em um completo descompasso, como muito bem diz Dominginhos e Gilberto Gil “Por ser de lá/Do sertão, lá do cerrado/Lá do interior do mato/Da caatinga do roçado/Eu quase não saio/Eu quase não tenho amigos/Eu quase que não consigo/Ficar na cidade sem viver contrariado”.

A UFRB surge para mim como um leque que, a partir do momento que se abre, surge muitos aprendizados e muitos questionamentos. Venho de uma escola pública e com um modelo de ensino muito tradicional, “decoreba, copista”; e quando me percebi em sala podendo discutir, opinar, falar o que entendi – e também o que não entendi –, questionar e até colaborar na aula, foi, para mim, um tanto estranho, inquietante e mobilizador. Principalmente porque eu já havia tido a experiência de uma faculdade do ensino superior particular e notoriamente são duas experiências totalmente diferentes: a condução dos docentes, as discussões em sala de aula, os eventos/seminários, as vestimentas das pessoas e a forma como ocupam os espaços, os processos avaliativos, os projetos em torno do ensino, pesquisa e extensão; com isso eu não gostaria de parecer defensora radical e fervorosa da UFRB, mas acredito que experienciei nessa Instituição maiores possibilidades de um ensino presencial público e de qualidade.

Na UFRB uma parte dos docentes têm metodologias ativas em sala e consegue desenvolver de forma que os discentes participem e queiram contribuir, pois compreendem a

troca como parte do processo de aprendizagem; os eventos, sejam seminários, workshops, fórum, são gratuitos, contam com ampla divulgação e acontecem em diversos horários para uma melhor participação; as pessoas se vestem de formas mais populares e não fazem com que você se sinta sempre fora da moda e com a necessidade de roupas novas diariamente; os processos avaliativos de alguns docentes rompe com o modelo tradicional prova/seminário e fez com que eu desenvolvesse habilidades artísticas e criativas sem deixar de lado a aprendizagem. Existem inúmeros projetos acontecendo para além da grade curricular obrigatória, como os grupos de estudos, monitoria, estágio, pesquisa e extensão, sendo que alguns concedem bolsas, o que pode garantir a continuidade estudantil na UFRB.

Sendo assim, a Universidade me permite ter uma experiência ambígua porque ela me traz muitas alegrias, mas também é um lugar que acontece muita incoerência, desassossegos, “passa a rasteira” e que a partir disso você passa a perceber que também é um lugar com demarcação de poder com as diversas hierarquias e burocracias; tudo isso funcionando de tal maneira que lhe provoque a se questionar se esse é mesmo um espaço para você habitar. A autora Rita Leite (2016) é docente na UFRB e a sua tese foi construída também na UFRB contando sobre as experiências e vivências universitárias para além do âmbito profissional e como a Universidade é um mobilizador nas transformações dos sujeitos. Ela também dialoga sobre as diversas formas de ensino que podem ser desenvolvidas e como pode haver possibilidades de construções críticas e coletivas, mas traz inclusive como o ensino superior se tornou também “um sistema de ensino e de desenvolvimento científico-tecnológico a serviço do mercado e da economia” (idem, p.16).

A minha história é traçada pela força e mãos de várias mulheres pretas para que até aqui eu chegasse: a minha mãe, as minhas tias, as amigas que possuo hoje, e uma estudante de medicina que foi a primeira pessoa que conheci quando cheguei ao Centro de Ciências da Saúde/CCS-UFRB. Ela é uma conhecida do meu irmão mais velho e que em 2015 me apresentou o CCS, me levou até o NUAC (Núcleo de Apoio Acadêmico) para que eu conseguisse acesso ao SIGAA, me apresentou a PROPAAE (Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis) e, como ela era residente da Casa de Estudante do CCS/UFRB, sabia que existia a possibilidade do recebimento de alunos novos como visitante emergencial. E foi assim que nos direcionamos para a PROPAAE para ter informações sobre vagas, pois o apartamento dessa estudante que me acompanhava não tinha vagas. Dessa forma descobrimos que havia uma vaga no apartamento 01 e que eu poderia ficar lá até que saísse o edital da PROPAAE, o qual eu poderia pleitear uma vaga. Assim que retornamos para casa dessa estudante, peguei minha mochila – que foi a única coisa que havia levado – e

ela me levou até o apartamento 01 para me apresentar e informar que ficaria morando ali como emergencial. E este é o apartamento que moro até hoje.

Quando cheguei ao apartamento, não fui bem recebida pelas duas moradoras. Ficaram muito tempo me encarando e fizeram questão de já ir explicando as regras da casa e todos os utensílios que precisavam ser comprados, pois elas não costumavam compartilhar seus pertences. Mostraram o outro quarto que não havia ninguém e que eu poderia ficar ali. Nesse dia dormi com fome porque não consegui subir até o apartamento 10 para dizer à menina que estava me ajudando que eu precisava de ajuda. Porque também não me senti bem vinda para pedir ajuda às meninas com quem eu estava morando. Porque o CCS é longe de lanchonetes, restaurantes e perigoso a noite para sair sozinha. Porque não tinha internet no celular, não tinha crédito, não tinha cartão de crédito, e também porque foi a primeira vez que a UFRB/CCS falhou comigo, pois não me garantiu a assistência qualificada que a PROPAAE se propõe a fazer em sua missão.

No segundo dia, depois de ter resolvido essas coisas, retornei para casa e contei para meus pais só a parte agradável e da animação de começar essa nova fase. A noite difícil que passei, a forma como fui recebida e de não achar que aquele (uso o termo aquele porque hoje eu já não reconheço a residência da mesma forma) lugar era para mim; todos esses sentimentos/pensamentos guardei só para mim.

No domingo voltei para Santo Antônio de Jesus porque na segunda-feira às 08h00min já teria aula. Pego o circular pela primeira vez ainda com medo, assustada e sem saber o ponto de parada, confiando na cobradora que avisei onde iria ficar e para quem olhava sem parar na tentativa de que ao olhar para mim ela não esquecesse o meu ponto para descer. Foram longos 40 minutos em um ônibus movimentado. Tentava me equilibrar com as quatro sacolas que vinha trazendo com banana, aipim, panelas, pratos, talheres, copos entre outros. Até que, de tanto me equilibrar e olhar para a cobradora, ela lembrou e me avisou quando o ponto chegou e assim, desci. A portaria meio escura, o segurança cheio de perguntas (porque era novata e ele ainda não conhecia) e só depois me permitiu entrar.

Com o passar dos dias fui conhecendo a minha turma e a rotina de aulas das 08h00min às 13h00min. Eu sentia muita fome porque o horário do almoço agora acontecia entre as 13h30min e 14h00min, o que não era um costume meu, e meus colegas tinham dinheiro pra comprar salgados com as colegas no próprio CCS. No início eu tinha vergonha de levar frutas ou alguma coisa já pronta de casa, mas com o tempo eu consegui levar e fazer a refeição. Em uma das aulas um professor me disse “se não sabe mastigar, por favor coma lá

fora”, me senti super constrangida e humilhada na frente dos colegas, e por muito tempo não consegui lancha em sala de aula ou no próprio Centro.

### **MEU PROCESSO DE DESCOBRIMENTO E DE *TORNAR-ME NEGRA***

Retorno ao subtema que falo do Cabelo para denominar o que estou chamando de *tornar-me negra*, porque foi esse marcador (cabelo), através de muitas experiências de racismo, que me possibilitou compreender que não era só um cabelo. Eu estava realçando ainda mais os meus traços negróides em uma sociedade que difunde justamente a nossa negação. Fui percebendo também que tornar-me negra é como esse devir *intra e extra corporal*, todas as questões que me permite adentrar em discussões que me roubam e deixam um pouco de questionamentos e desmistificação sobre o eu, com discursos, posicionamentos, práticas racistas e de negação que durante muito tempo foram naturalizadas socialmente, no espaço ao meu redor.

E quando você começa a se entender Negra, a percepção a sua volta e a construção dos modos de funcionamento mudam. Quando eu me percebo uma mulher preta, em um espaço público federal e como um ser dotado de direitos, a percepção sobre as dificuldades e desafios se revela de modo escancarado. Você começa a observar os diversos espaços sempre negados de outra forma. Você passa a perceber como a instituição, mesmo que criada pelo Programa de interiorização das Universidades Federais, ainda cumpre o papel desse lugar elitizado e que você ainda não se reconhece fazendo parte, já que ele diz tão pouco sobre você, sobre suas experiências e de todas as pessoas do meu povoado que precisei me afastar fisicamente para ocupar esse lugar. É assim que aparece uma *outra* construção dessa beleza, “beleza negra, aspecto importante da articulação de gênero e raça no Brasil, uma vez que através da análise do discurso de beleza podemos não só visualizar a construção de um discurso contra hegemônico, como também a emergência de novos sujeitos negros” (FIGUEIREDO, 2008. p. 06).

As questões acima apontadas me levaram a acreditar na importância da interseccionalidade, e começo a ler e estudar mais sobre gênero, raça e classe; agora na UFRB e podendo fazer retrospectivas no meu *processo* de descobrimento e de *tornar-se negra*, ainda que tivesse todos esses marcadores sociais, ainda assim me faltava o reconhecimento do *Eu*. E hoje posso afirmar a importância das rodas de conversas, dos eventos, dos movimentos sociais, pois são nas discussões que há um reconhecimento no discurso do outro, que reflete sobre o que vivenciamos e que nem sempre conseguimos dar

nome. É na troca, nos grupos, justamente por sermos seres sociais, que prova ser possível o conhecimento e fortalecimento de um povo. Foi possível discutir pensamentos de Lélia Gonzalez e perceber como até a nossa escrita é racista, como a descaracterização de um povo é excludente nos dialetos, na escrita, no próprio processo de aprendizado e no dito *português correto*.

“Historicamente falando, a língua foi uma ferramenta forte de colonização. Negros escravizados foram obrigados a mudarem seus nomes assim que desembarcaram no Brasil, assim como foi imposto a eles falarem a língua do colonizador” (CARLOS, 2021). Lembro de um episódio em que todos os meus colegas riram de mim enquanto gravamos um vídeo para um Componente, e nele a gente falava as siglas da Universidade e quando soletrei “U-FÊ-RÊ-B”, e não como os demais “U-EFE-ERE-B”, todos riram e fiquei sem entender e sem reação, até que um deles explicou e o constrangimento ficou ainda maior. Naquele momento não compreendi a dimensão do que estava acontecendo e que na verdade eu estava diante de um preconceito linguístico que se acentua ainda mais quando se é do campo/rural.

A maneira como falamos diz de um lugar e uma cultura. Ela nos apresenta. Ariano Suassuna, em uma de suas entrevistas fala da valorização da língua e de como existe uma diversidade em que não se faz necessário colocar um português todo deturpado para dizer que é popular/rural. Ele até cita o auto da compadecida como uma expressão da nossa língua falada e diz não reconhecer nenhum erro de português. Caetano Veloso também faz destaque à língua e como ainda temos muita influência de línguas indígenas no português. Em uma de suas músicas ele faz menção “A força vem dessa pedra que canta Itapoã/ Fala tupi, fala iorubá” fala sobre se orgulhar sendo brasileiro.

E isso se acende ainda mais quando eu consigo reconhecer outros tipos de educação e aprendizagens como também potentes no processo educacional e nos próprios componentes, como o PAR (Processos de Apropriação da Realidade). Um componente no qual passamos 5 semestres em um bairro na cidade de Santo Antônio de Jesus conhecendo a comunidade, fazendo visitas, observações, pesquisas e intervenções, mas que a grande maioria dos colegas não se mostravam querendo descobrir ou aprender, já que o conhecimento que para eles é importante era unicamente o biológico sobre o funcionamento do corpo. E sendo assim, me percebo ainda mais distante desse espaço acadêmico que reconhece e valoriza o saber científico e como as experiências de educação popular e a não-formal também fazem parte da minha trajetória enquanto rural.

Durante minhas experiências extracurriculares percebi que, ainda que uma mulher negra ascenda socialmente, as formas de racismo, discriminação, silenciamento e opressão

continuarão a existir, pois foi construído historicamente os lugares dos quais uma mulher poderia ocupar, é assim que se mostra como a luta é diária e dolorosa. E para a mulher negra há também as lacunas de escritos de *nós para nós*, como afirma CORRÊA (2001, p. 25):

imensa lacuna bibliográfica na já mencionada relação entre raça e gênero: se o feminismo nos permitiu lutar, num primeiro momento, para a constituição de um sujeito Mulher, assim mesmo com letra maiúscula, o próprio desenvolvimento dos movimentos feministas foi, aos poucos, desinvestindo esse sujeito do lugar central que lhe dávamos nos anos setenta.

As pautas das mulheres brancas, ainda que sejam muito válidas não dão conta de elencar e trazer as necessidades e debates das mulheres negras, “é a necessidade de se contextualizar adequadamente a história do feminismo, sem perder de vista a importância do contexto político e cultural à época de sua emergência” (CORRÊA, 2001, p.12), são universos diferentes (mulher negra e mulher branca), com olhares, vivências e a própria forma de ser vista socialmente são de locais diferentes e não há possibilidades da existência de um único feminismo para trazer a tona todas as pautas.

Cardoso nos traz que (2014, p. 966) “muitas feministas negras, mulheres de cor, chicanas, como Gloria Anzaldúa, vêm atuando como forasteiras de dentro, reinventando definições, delimitando lugares sociais para melhor se posicionarem, e realizarem a autodefinição”, demonstrando como o próprio feminismo foi excludente e não garantia a participação e lugar de fala para toda mulher, se tornando um lugar de difíceis discussões para outras vertentes e pensamentos dentro do próprio feminismo.

## **DESAFIOS DE SER DO RURAL e os ATOS POLÍTICOS**

Conseguir defender a educação e a importância de ocupar espaços como a UFRB também se configura como um desafio, porque o próprio ato de ler se configura como uma prática da elite brasileira; as pessoas do espaço rural, em sua maioria, não conseguem reconhecer a leitura como uma ferramenta indispensável porque suas rotinas são densas de trabalho braçal e que, ao chegar em casa, desejam/precisam descansar para no dia seguinte iniciar tudo novamente.

O Estado, enquanto regulador das Instituições Federais (LEITE, 2016), falha por não garantir educação formal para todos, e também por não criar estratégias e desenvolver outros modos de ensino. O que ainda se soma ao fato de que há na estrutura curricular leituras que não representam a nossa sociedade, os diversos modos de vida e faz com que criemos formas

de leitura “mecanicamente memorizada” (FREIRE, 1984, p.38) e pouco críticas, pois se não faz sentido esse hábito, ele é só uma experiência e não uma vivência (LEITE, 2016).

Alguns dos desfechos possíveis dessa negligência estatal é a manutenção do campo e do meu povoado como um espaço em que sua população é, em sua maioria não escolarizada, e que entende a educação importante para outros serviços que não os laborais ou da agricultura. Somando-se a isso ao discurso como ferramenta de poder ainda muito masculino, são também os homens quem comercializam, que têm algum poder aquisitivo; e a mulher ainda é concebida como a que foi criada para gestar e a provedora do lar.

E quando você é uma mulher e preta, você não é nem a do lar, ao menos que seja “a mulata, a doméstica ou a mãe preta”. No campo, você é a da lavoura. A que tem braços e tronco fortes. A que aguenta o sol quente e “trabalha feito homem”, como sinaliza este fruto do racismo e sexismo destacado por Gonzales (1984) ao falar o quanto “o lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo” (p.224).

Importante descrever que não estou dizendo que são os sujeitos não escolarizados do espaço rural que desenvolvem violências, mas sim, que todos esses fatores atrelados à nossa limitação dessas discussões aos pequenos espaços formais e a complexidade atribuída, dificulta o entendimento e reconhecimento dos diversos tipos de violências praticadas e reproduzidas, para além da física.

Quijano (1992 apud CARDOSO 2014, p. 968) traz à tona a diretiva quando diz que “a matriz de poder colonial é um princípio organizador e afeta as múltiplas dimensões da vida social, desde a sexualidade, a autoridade, as relações de gênero, instituições, o trabalho, as organizações políticas, estendendo-se à subjetividade e às estruturas de conhecimento”. Não saber sua história, não reconhecer todas as lutas envolvidas no processo da construção da sociedade do século XXI, não reconhecer os antepassados e não entender a intersecção entre *gênero, raça e classe*, são uma estratégia política, inteligente e genocida, que sabe o que fazer e como afetar um povo.

Uma outra condição de desafio é o fato de não haver banco no povoado e precisamos ir à cidade para resolver assuntos bancários, como sacar dinheiro. Sendo assim, as pessoas não costumam ter conta em bancos, e isso dificulta muito a liberação de crédito e cartões, interfere no acesso das pessoas a esse espaço e o entendimento sobre assuntos tanto administrativos quanto das próprias transações que podem ser feitas no caixa eletrônico. O que torna o uso do dinheiro em espécie o mais comum, e com ele, a suscetibilidade ao roubo, principalmente porque as pessoas costumam sacar valores maiores para todo o seu uso.

As entregas de correspondências e compras on-line não chegam no Povoado e precisamos utilizar algum endereço urbano para recebê-las; somando-se a isso existe a dificuldade para ter um comprovante de residência, documento este que é exigido em vários dispositivos institucionais, pois no Povoado existe regiões mais afastadas e que as pessoas não têm acesso a serviços como energia e água. Tudo isso como práticas para o que Freire (1984, p. 38) sinaliza: “não permitindo que o povão participe ativamente da reinvenção constante da sua sociedade”.

Os desafios vão ganhando ainda maior proporção à medida que chego na Universidade e consigo aprender a desenvolver um pensamento crítico, permitindo que eu entenda diversos desses desafios como também a negação de direitos. Com a pandemia as dificuldades se escancararam e demonstraram ainda mais essa desigualdades social e os diversos determinantes que faz com que a Instituição continue cumprindo seu papel de manutenção dos nosso corpos como enclausurados e pouco dotados de consciência sobre esse corpo potente, pulsante e cheio de saberes que transcende o acadêmico.

Em março de 2020 os casos de Covid-19 começaram a crescer em uma proporção gigantesca e a UFRB decidiu suspender as aulas. Lembro que todos nós da Residência fomos para casa só com uma mochila acreditando que seria rápido e que logo logo iríamos retornar. Os casos só aumentaram, as informações ainda eram poucas, foram criados protocolos de segurança, muitas mortes e em pouco tempo já estávamos vivenciando uma pandemia em todo seu caos.

Conseguir explicar sobre o que era a COVID-19 enquanto também aprendia, traduzindo para uma linguagem popular e trazer para o campo do concreto o entendimento sobre um vírus que não conseguimos ver a olho nu, foi desafiador. Criamos grupos para entregas de máscaras, explicar a importância do uso e descarte apropriadamente, inclusive como uma prática de cuidado consigo e com o outro, somado a ter que explicar que não haveria idas ao espaço urbano porque as cidades vizinhas fecharam suas entradas como medidas para contenção do vírus.

Nesse mesmo período participei do DAPSI (Diretório Acadêmico de Psicologia) e pude compreender que esse espaço me possibilitou muitos aprendizados sobre o funcionamento da UFRB: quais eram as nossas Representações, como se organizar em reuniões, pautas, ata de reunião, inscrição de fala, tudo isso enquanto aprende a se posicionar, a sistematizar a fala, criar argumentos, ler documentos, portarias, regimentos que nos embasasse e que só assim a nossa voz passa a ser escutada em alguns espaços.

Só que isso de novo nos traz a um modelo acadêmico, formal, burocrático e que supervaloriza o saber científico. Sendo necessário ocupar e criar modificações, assim como destaca o autor (REIS, 2022) ao trazer que “a presença e a valorização de racionalidades, conhecimentos e experiências extraocidentais abrem caminhos para a reestruturação das práticas de ensino e para o debate necessário acerca dos lastros coloniais na educação superior brasileira” (p. 10).

E por muitos meses, nós do DAPSI tivemos muitas reuniões com o Colegiado de Psicologia, com o Centro, com as outras Representações Estudantis, debatendo sobre o retorno às aulas e quais as possibilidades existentes. Foi um período de muita luta e discussões porque chegavam muitas narrativas para o DAPSI sobre as impossibilidades para conseguir estudar no modelo remoto e, sendo assim, o corpo estudantil se mobilizou para solicitar à Instituição estratégias para que todos os alunos pudessem continuar os estudos nesse novo modelo. Com isso houveram editais para a compra de equipamentos tecnológicos, chips para uso de internet, auxílio para alunos que não eram bolsistas. No entanto, percebi que mesmo assim os estudantes do campo não estavam sendo abarcados, porque nós não temos sinal telefônico. A internet só existe na casa de poucas pessoas e por um valor muito caro. E retornar para a residência estudantil nunca foi uma opção possível pela PROPAAE.

Então, foram meses descobrindo a força das representações e que através do tensionamento político conseguimos avançar em muitas discussões sobre acesso e permanência, mas esse avanço não chegou em nós do espaço rural, pois uma grande maioria de estudantes do campo trancaram o curso. E eu só não fiz parte desses dados porque obtive apoio coletivo dos meus familiares, amigos e psicóloga, que fizeram/tornaram possível continuar até aqui.

Mesmo depois do funcionamento da Instituição no modelo híbrido, de ter tomado duas doses da vacina, do meu apartamento estar fechado e sem ninguém morando, a PROPAAE não permitiu que eu retornasse para o estágio presencial, que a própria UFRB aceitou e legitimou a modalidade presencial. E, desta maneira, mais uma vez eu precisei de apoio coletivo e externo à UFRB para conseguir finalizar o curso. Por dois semestres precisei vir toda semana para Santo Antônio de Jesus estagiar no CAPS (Centros de Atenção Psicossocial), mas sem ter um lugar para ficar, pois não podia retornar para meu apartamento na residência universitária, sendo que, não havia argumentos que qualifiquem essa postura da PROPAAE, pois os protocolos e a vacinação estavam sendo feitos.

E assim, o meu último estágio também foi um ato político de resistência para a garantia da minha continuidade no curso. Foram dias muito difíceis. Precisava pegar três

transportes para chegar ao local do estágio e três para chegar em casa. Precisava estar bem para prestar um atendimento de qualidade no estágio.

Um outro ponto a ser destacado ao longo deste processo de desafios para pessoas que residem em áreas rurais é a questão do deslocamento, pois a estrada é de chão, o cascalho não dura muito tempo e a chuva é bastante comum na minha região de mata atlântica. Então a viagem costuma ser longa, tem horário específico de saída e sempre no horário das 06h40min até 08h00min, não havendo transporte depois desse horário.

Pensando sobre os desafios territoriais citados anteriormente, Freire (1984) traz a seguinte fala: “O Brasil foi “inventado” de cima para baixo, autoritariamente. Precisamos reinventá-lo em outros termos” (idem, p. 41). Reinvenção esta que também se cria e constrói em espaços acadêmicos, logo, muitas pessoas residentes das zonas rurais não conseguem ingressar em ensinos superiores. Contudo, além de faltar estas pessoas nos espaços acadêmicos, falta também a sabedoria, os conhecimentos, as crenças, valores e a ancestralidade desses indivíduos. Com isso, ainda há um grande déficit nas universidades sobre entender e criar teorias específicas para pessoas dos campos, águas e florestas. Inclusive, esta falta reflete também em saberes psicológicos.

A psicologia ainda não deu conta de chegar no espaço rural/campo e não é porque não existe demanda. Ousar criar algumas hipóteses do porquê desse ‘ainda’ é um grande desafio. A psicologia ainda é um curso elitizado com um perfil de profissionais branco, heterossexual; e sendo assim, não é uma prática popular porque o discurso usado é carregado de academicismo e formalidade. E não dissemina informações populares de qualidade para que as pessoas entendam as diversas formas de práticas de cuidado e que façam sentido na sua vida de forma prática. Para isso, pontuam Nascimento, Manzini e Bocco (2006) que, para termos “uma psicologia que se movimenta e constantemente atualiza suas práticas, é preciso conceber que as questões ligadas a ela são mais amplas do que o território do indivíduo, de fato dizem respeito a uma multiplicidade de sentidos sociais, políticos e históricos” (idem, p. 16).

A psicologia ainda é demarcada como um serviço em que as profissionais cobram um valor alto na psicoterapia, ou nos espaços públicos como CAPS, CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) onde as prefeituras contratam poucas profissionais com uma grande carga horária de trabalho. Apesar de tudo, todas essas instituições existem apenas no espaço urbano. A ideia de saúde mental no espaço rural ainda é reduzida ao modelo biomédico manicomial e unicamente ao estado da loucura; algumas instituições como o CAPS ainda têm

leis que exige um número mínimo populacional, fazendo com que a RAPS (Rede de Atenção Psicossocial) permaneça nos grandes centros.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

*Resistir  
ao lado das pessoas  
que a gente gosta,  
deixa a luta mais suave,  
a gente não quebra, entorta.*

*As lágrimas ficam filtradas,  
o suor mais doce  
e o sangue mais quente.*

*E sem que a gente perceba, percebendo,  
as coisas começam a mudar à nossa volta.*

*E aquele sonho que parecia impossível,  
acaba virando festa,  
enquanto a gente revolta.*

*(VAZ, 2016)*

Em uma das minhas experiências em sala de aula, a Professora Doutora Fran Demétrio ministrava uma aula que se baseava nas considerações de Canguilhem sobre o normal e o patológico. Dentre as nossas discussões, recorro que, ao relatar como a leitura havia me afetado e o quanto fez sentido para mim esse outro pensar, eu começo a chorar e, logo em seguida, peço desculpas. Nessa ocasião ela me alerta que jamais devemos pedir desculpas quando as lágrimas aparecem, porque elas também fazem parte de nós; e se elas aparecem, também está nos dizendo algo tanto quanto verbalizar.

Caminhando hoje para as considerações desse trabalho, me sinto emocionada como naquele dia, porque de novo estou defendendo uma outra forma de entender a ciência. Sobre uma outra ótica. Sobre desdobramentos e sobre como a ciência também é nossa. Com realidades tão diversas e que em sua maioria já não dialoga com muita teoria acadêmica que estudei em outro povo, em outro lugar e em outro período histórico. “Parece-me que não há nada mais urgente do que começarmos a criar uma nova linguagem. Um vocabulário no qual nós possamos todas/xs/os encontrar, na condição humana” (KILOMBA, 2019, p. 21).

A Universidade é um espaço que nos permite ter diversas vivências potentes e que nos desperta para um possível descobrimento acadêmico e também social, político, pessoal, interpessoal, etc. No entanto, esse mesmo local ainda é um espaço produtor de muito

adoecimento, violências, microagressões e com manutenções de práticas hegemônicas eurocentradas no poder hierárquico, conseguindo fazer com que diversas estudantes, assim como eu, ainda precisem falar de forma tão aberta como uma maneira de denunciar e para que assim criemos nossas rupturas nesses projetos ainda epistemicidas.

Desta forma, este trabalho tem o intuito de chamar a formação em Psicologia da UFRB para o cerne do debate e responsabilidade. Acreditando que, esta como uma ciência que se propõe a estudar e conceber o sujeito enquanto um ser de vida, de estruturas, pulsante, cheio de significantes; que no nosso campus se desloca para considerar o perfil dos seus estudantes e, principalmente, se existe mesmo um movimento em busca de novas práticas na psicologia: que nos reinventemos, desde a formação e vivência, para dar conta de atender às pessoas pretas, pobres, LGBTQIA+, rurais, quilombolas, das águas e indígenas.

Como canta Caetano Veloso (1977): “gente é pra brilhar e não pra morrer de fome”, e assim tratarmos como uma responsabilidade coletiva “os caminhos não são separados nem solitários” e deve ser tratado nos Colegiados, na Direção de Centro, na Pró-Reitoria, Coordenações e Reitoria, demonstrando a complexidade e rigor que toda a vivência estudantil possui. “A superação do racismo na sociedade é um imperativo [...] uma necessidade moral e tarefa política de primeira grandeza. E a educação é um dos terrenos decisivos para que sejamos vitoriosos nesse esforço” (MUNANGA, 2005, p.20).

Com isso, as modificações nas bases de saber precisam partir da transdisciplinarização e transgressão dos aportes teóricos, pois apenas desta forma conseguiremos de fato construir uma psicologia implicada com a realidade brasileira, nordestina e rural. “Materializem ações e repertórios mais significativos aos/às estudantes e professores/as, capazes de instaurar horizontes [...] emancipatórios como prática de liberdade, radicalmente democrática, [...] para a criação de um mundo onde outros mundos sejam possíveis”. (REIS, 2022. p. 10).

Este trabalho surge como um disparador. É uma evidência científica através da escrevivência. Com isso, não se pode perder de vista que esse trabalho também é uma prova concreta de que estamos caminhando para mudanças e construções de outras epistemologias. Estas, que agora podem ter voz, território, cor e corpo, pois está escrita na primeira pessoa, e refletem um outro dado sobre o quanto nós mulheres temos muito a dizer e agora esse falar também é reconhecido como ciência.

## **REFERÊNCIAS:**

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. - São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BAIROS, Luiza. **Lembrando Lélia Gonzalez, por Luiza Bairos**. Portal Geledés, 2009. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/lebrando-lelia-gonzalez-por-luiza-bairros/>>.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto editora, 1994.
- CARDOSO, Cláudia Pons. **Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez**. Revista Estudos Feministas, vol. 22, núm. 3, septiembre-diciembre, 2014, pp. 965-986 Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, Brasil.
- CARLOS, Michele. Nós falamos Pretuguês. Site Mundo Negro, 22 de outubro de 2021. Disponível em: <https://mundonegro.inf.br/nos-falamos-pretugues/>
- CORREA, Mariza. **Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal**. Dossiê: Feminismo em questão, questões do feminismo. Cadernos Pagu (16) 2001: pp.13-30
- CUNHA, Olívia M. dos Santos. **Corações Rastafari: lazer, política e religião em Salvador**. 1991. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.
- EVARISTO, Conceição. **Esse Lugar Também É Nosso**. Entrevista concedida a Ana Paula Acauan. Revista PUCRS, setembro de 2019. Disponível em: <https://www.pucrs.br/revista/esse-lugar-tambem-e-nosso/>
- FIGUEIREDO, Ângela. **Gênero: dialogando com os estudos de gênero e raça no Brasil**. In: PINHO, AO., and SANSONE, L., orgs. Raça: novas perspectivas antropológicas [online]. 2nd ed. rev. Salvador: EDUFBA, 2008, pp. 237-255. ISBN 978-85-232-1225-4. Available from SciELO Books.
- FIGUEIREDO, Ângela. **Carta de uma ex mulata a Judith Butler**. Periodicus. ISSN: 2358-0844 n. 3, v. 1 mai.-out. 2015 p. 152-169.
- FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler – em três artigos que se completam**. 6. ed. São Paulo: Autores Associados, 1984.
- GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal, aprendizagens e saberes em processos participativos**. Investigar em Educação, n. 1, 2014.
- GONZALES, Lélia. (1984) **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, Rio de Janeiro, 223-244.
- Instituto de Estudos Latino-Americanos-IELA UFSC. Ariano Suassuna - uma entrevista. You Tube 21 de ago. de 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-gMgtRLYk5k>
- KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação. Episódios de Racismo Cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LEITE, Rita de Cássia Nascimento. **A formação de si (Bildung) do estudante universitário**. Tese (doutorado) Salvador, UFBA, 2016.

MINAYO, M. C. S. **Técnicas de pesquisa: entrevista como técnica privilegiada de comunicação.** In: \_\_\_. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010, p. 261- 297.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola.** Brasília: MEC/SECAD, 2005.

NASCIMENTO, M.L.; Manzini, J.M.; Bocco, F. “**Reinventando as Práticas Psi**”. *Psicologia & Sociedade*; 18 (1): 15-20; jan/abr. 2006

REIS, Diego dos Santos. **Colonialidade do saber: perspectivas decoloniais para repensar a univers(al)idade.** *Educ. Soc.*, Campinas, v. 43, e240967, 2022.  
<https://doi.org/10.1590/ES.240967>

SANTOS, Walberto Silva. LIMA, Tiago Jessé Souza de. MARTINS, Tafnes Varela. ***O efeito das microagressões raciais de gênero na saúde mental de mulheres negras.*** *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(7):2793-2802, 2020.

SOUZA, Claudete Alves da Silva. **A solidão da mulher negra: sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo.** 2008. 174 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social/** Neusa Santos Souza. - Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. Coleção Tendências; v.4.

TEIXEIRA, Adrielle de Matos Borges. DAZZANI, Maria Virginia Machado. **Tornando-se negro: tensões subjetivas e culturais na experiência identitária de ser um estudante universitário negro.** *Rev. Psicol. IMED* [online]. 2019, vol.11, n.1, pp. 83-102. ISSN 2175-5027. <http://dx.doi.org/10.18256/2175-5027.2019.v11i1.3028>.

TEIXEIRA, Adrielle de Matos Borges. **Tensões subjetivas e culturais na experiência identitária de ser um estudante universitário negro: a emergência de um Self Decolonial.** / Adrielle de Matos Borges Teixeira. – 2020.

VAZ, Sérgio. **Flores de alvenaria** [recurso eletrônico]/ Sérgio Vaz. – 1. ed. – São Paulo: Global, 2016.

VELOSO, Caetano. **Gente** [recurso eletrônico]. Brasil: Philips: 1977 | (3:39 min).